

RESOLUÇÃO

A situação de grave crise económica que o país está a viver e as suas consequências, no plano social, que os trabalhadores e o povo português estão a sofrer, não é obra do acaso. A ofensiva capitalista prosseguida pelos sucessivos governos nos últimos 35 anos, assente na destruição de sectores produtivos, no desaproveitamento dos recursos nacionais e na alienação de empresas e sectores estratégicos, consubstanciam a posição ideológica de uma classe que despreza e submete os interesses de Portugal aos objectivos e interesses particulares dos grupos económicos e financeiros, nacionais e estrangeiros e, por isso, está na origem dos gravíssimos problemas que o país hoje enfrenta, designadamente a estagnação e recessão económicas, o desemprego, a dependência externa e os défices estruturais, o empobrecimento das famílias e o défice público. Com a aplicação das medidas de austeridade decorrentes do acordo de entendimento entre a tróica portuguesa e a tróica estrangeira, agravaram-se os problemas económicos do país e intensificaram-se, com particular violência, os ataques contra os direitos laborais e sociais dos trabalhadores, dos jovens, dos reformados e da população em geral.

Depois de um ano de governação do PSD/CDS-PP, tudo está, hoje, muito pior. A economia nacional está asfíxiada, com o investimento em queda contínua, o mercado interno em retracção e a dívida pública a subir para níveis inoportáveis. Cresce todos os dias o número de encerramentos e falências e voltaram os salários em atraso em muitas outras empresas.

O desemprego constituiu-se numa verdadeira calamidade social, com mais de 1,2 milhões de desempregados, dos quais 36% são jovens trabalhadores e 800 mil não têm qualquer protecção social. A quebra brutal dos salários e o aumento insuportável do custo de vida colocou mais de três milhões de portugueses na extrema miséria ou em situação de grave carência económica. Para milhares de famílias a vida diária tornou-se uma tragédia.

Os sacrifícios decorrentes das medidas de austeridade impostas aos trabalhadores e ao povo não serviram para nada; não resolveram nenhum dos graves problemas do país e antes agravaram todos os males e infernizaram a vida dos portugueses.

O ataque às funções sociais do Estado (Segurança Social, Saúde, Educação), através de cortes orçamentais "cegos" e "reestruturações" comandadas pelo ódio ao património público, estão a destruir direitos fundamentais que enformam a construção de uma sociedade democrática, justa e progressista. Também o ataque ao Poder Local Democrático, com a extinção de freguesias e a consequente eliminação de serviços públicos de proximidade, complementado com a retirada de meios financeiros, essenciais ao funcionamento e autonomia das Autarquias, vai impor mais um saque aos rendimentos das famílias, devido ao aumento de todas as taxas, tarifas e impostos locais.

E tudo isto, num momento em que PSD e CDS aprovaram na AR uma lei das rendas de habitação, que mais não é que uma "lei de despejos", pois que, com esta lei, centenas de milhares de famílias expostas ao desemprego e à perda de rendimentos, encontram-se agora ainda com mais dificuldades e à beira de perder um dos bens mais preciosos, que é o direito à habitação. A política de direita subverte, desta forma, os ideais, direitos e garantias alcançados com a instauração do regime democrático e é, portanto, inseparável do confronto com a Constituição da República Portuguesa.

As alterações da legislação laboral decididas pelo governo para os trabalhadores da Administração Pública, quer as que foram recentemente aprovadas na AR, para o sector privado, pelos partidos do governo (PSD/CDS-PP), com a abstenção do PS e o aplauso do grande patronato, constituem

um inaceitável retrocesso social e civilizacional. Marcadas por inúmeras inconstitucionalidades, as alterações contidas na revisão do código do trabalho, se fossem postas em prática nas empresas, resultariam em mais exploração, desemprego, empobrecimento e perda de direitos, razão pela qual é legítimo reclamar do Presidente da República que honre o juramento, feito na tomada de posse, de cumprir e fazer cumprir a CRP.

A crise que estamos a viver tem causas e tem responsáveis. É causada pela política de direita que emana da ideologia ultraliberal e resulta da acção dos sucessivos governos que têm imposto essa política aos trabalhadores, ao povo e ao país, ao mesmo tempo que colocam o Estado ao serviço dos interesses dos grupos económicos e financeiros.

Entretanto, o governo e a tróica já estão a preparar a opinião pública para a aplicação de medidas ainda mais drásticas, com particular incidência no abaixamento dos salários, na desregulamentação do trabalho e no esvaziamento da contratação colectiva.

Só a ruptura com este sistema, pode impedir o prosseguimento destas políticas ruinosas e permitir que se abra um novo caminho que tenha como horizonte o desenvolvimento e o crescimento económico, a valorização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores, a estabilidade no emprego e o combate às desigualdades existentes, a afirmação de uma sociedade de progresso e de futuro, mais humanizada e com mais justiça social.

Os participantes nesta grande Manifestação, em Lisboa, conscientes que a luta por uma nova política constitui uma necessidade e uma prioridade dos trabalhadores e do povo, aqui reafirmam:

- Que a luta prosseguirá no imediato com as manifestações dos trabalhadores da função pública, no próximo dia 22, em Lisboa, mas também, nos sectores, empresas, serviços e em todos os locais de trabalho, numa luta sem tréguas no combate à precariedade nos vínculos laborais e pelo aumento dos salários, incluindo o salário mínimo nacional; pela defesa e melhoria dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, bem como dos direitos laborais e sociais dos trabalhadores; contra o trabalho forçado, o ataque à contratação colectiva e a todas as medidas de retrocesso social e civilizacional que o Governo e o patronato querem impor aos trabalhadores, ao povo e ao país;
- A exigência da renegociação da dívida, dos prazos e dos juros, por uma política de desenvolvimento que promova o crescimento económico e a criação de emprego com direitos; o aumento das pensões de reforma e protecção social para todos os desempregados; a revogação dos cortes nas prestações sociais que agravam a vida das famílias e a reposição dos subsídios de férias e de natal a todos os trabalhadores;
- O seu empenhamento no reforço da unidade na acção de todos os trabalhadores, a partir dos locais de trabalho, de forma a convergir em respostas cada vez mais amplas e fortes, contra a austeridade, a exploração, a pobreza e o empobrecimento, por um novo rumo para Portugal.

**PELA DEFESA DA DEMOCRACIA. POR UM PORTUGAL DESENVOLVIDO E SOBERANO
CONTRA A EXPLORAÇÃO E O EMPOBRECIMENTO
SALÁRIOS, EMPREGO, DIREITOS E SERVIÇOS PÚBLICOS
MUDAR DE POLITICA**

Lisboa, 16 de Junho de 2012